PÁGINA 1



Parecer nº 5/2022/CI

SGD: 2022/24839/027802

Palmas/TO, 01 de setembro de 2022

PARECER Nº 05/COMITÊ DE INVESTIMENTOS/2022

REFERÊNCIA: RELATÓRIO DE JUNHO/DINVEST/2022

INTERESSADO: CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO

Relatório Mensal emitido pela Diretoria de Investimentos do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, que tem como objetivo apresentar as principais características e informações referentes à carteira de investimentos do Igeprev/TO, visando um acompanhamento atualizado para melhor tomada de decisão. Apresenta um cenário geral do mercado financeiro, tanto Internacional como no Brasil.

FUNDAMENTAÇÃO

Destaca-se que o Relatório Mensal é exigência contida na Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, art. 3º, inciso V, e um requisito inscrito na Política Anual de Investimentos do Igeprev-TO, aprovada para o ano de 2022, para acompanhamento do desempenho das aplicações financeiras, contendo informações sobre a rentabilidade e risco das aplicações realizadas.

Ainda, a exigência de relatórios de acompanhamento das aplicações e operações de aquisição e venda de títulos, valores mobiliários e demais ativos alocados nos diversos segmentos de aplicação, é de elaboração mensal, conforme exigência do Manual para certificação junto à Secretaria da Previdência do Ministério da Economia – Pró-Gestão.

ANÁLISE

Da análise do presente Relatório, constatou-se que foram observados os requisitos presentes na Resolução BACEN Nº 4.963/2021 e na Portaria MPS nº 519/2011.



Vale ressaltar que a realização de procedimentos contrários às normas vigentes ocorreu entre os anos de 2011 e 2014 e que os mesmos foram objeto de sindicância por parte deste Instituto, bem como de Ação Civil Pública pelo Ministério Público do Estado do Tocantins. Além disso, tanto a atual Diretoria de Investimentos quanto o Comitê de Investimentos deste Instituto têm adotado diversas ações com o objetivo de recuperar ou, pelo menos, minimizar as perdas decorrentes das alocações de recursos em investimentos de alto risco realizadas anteriormente.

Segundo o cenário apresentado no Relatório do mês a preocupação com as pressões inflacionárias continua dominando a pauta, em especial após divulgação de dados de inflação acima do esperado nos Estados Unidos e na Europa. Como resultado, os principais bancos centrais sinalizaram a necessidade de apertos monetários mais intensos. Frente ao cenário desafiador de inflação e juros, além da perspectiva de atividade econômica mais fraca, a maioria dos índices de Bolsas internacionais fechou o mês com rentabilidade negativa.

No cenário brasileiro a inflação elevada continua contribuindo para o andamento de projetos legislativos que visam reduzir impostos, elevar auxílios sociais e criar projetos de transferências de renda. As restrições da lei eleitoral possivelmente serão flexibilizadas com a declaração de estado de emergência, o que possibilitará novo rompimento do teto de gastos. O Banco Central do Brasil (BC) desacelerou o ritmo de alta da taxa de juros de 1,0 pp para 0,5 pp em junho. Todavia, a elevada persistência inflacionária impediu que o BC sinalizasse o fim do ciclo de aperto monetário, com a indicação de um ajuste adicional de igual ou menor magnitude em agosto.

A Carteira de Investimentos em 30 de junho de 2022 apresentou um total de **R\$ 3.672.188.006,86**, conforme observado às fls. 11/13 do aludido relatório, sendo um percentual maior investido em renda fixa de 74,23%.

Com relação às aplicações no exterior, em virtude de um cenário adverso, continuam com marcações negativas, mas com uma expectativa de reação no mercado positiva.

Quanto às movimentações na carteira neste mês conforme Relatório fl. 10 consta aplicação no valor de R\$ 19.998.829,55 em títulos públicos NTN-B 2025, com marcação na curva. Além disso consta recebimento de Dividendos do FII INFRA REAL ESTATE no valor de R\$ 2.003.855,32 e do FII RB CAPITAL RENDA II, no valor de R\$ 12.142,20, cuja soma foram depositados na conta de custódia do IGEPREV.



Quanto à concentração da carteira, fls. 09/13, observa-se que as Notas do Tesouro Nacional – série B – NTN-B, apresentam 20,97% do total, seguida de 16,88% no Fundo BB PREVIDENCIÁRIO RF ALOCAÇÃO ATIVA FIC FI.

Quanto à distribuição da Carteira por Segmento, fl. 15, conclui-se que do total de recursos, 74,23% estão alocados em Renda Fixa, 9,07% em Renda Variável, 1,69% em Investimentos no Exterior, 11,89% em investimentos Estruturados, e 3,13% em Investimentos Imobiliários. Quanto a distribuição em valores, correspondem a R\$ 2.725.910.439,17 em Renda Fixa; R\$ 332.892.563,88 em Renda Variável; R\$ 61.905.196,17 em Investimentos no Exterior; R\$ 436.716.553,13 em Investimentos Estruturados; e R\$ 114.763.254,51 em Investimentos Imobiliários.

Quanto à alocação por gestor, à fl. 23, observa-se que as maiores partes dos ativos são com gestão no BB, CEF e Tesouro Nacional, somando um percentual aproximado de 74% da carteira do Igeprev, sendo 28,29% no BB; 24,09% na CAIXA DTVM; e 20,97% em Títulos Públicos.

Foi informada à fl. 25, a rentabilidade da Carteira consolidada Meta Atuarial. A meta atuarial fechou o mês em 1,08% e no ano 8,10%, já a carteira apresentou percentual de -1,28% no mês e 0,92% no ano.

Com relação ao enquadramento/desenquadramento dos Fundos que compõe a Carteira o Relatório em análise (fls. 12/13) não apresentou alterações significativas, já que todos os desenquadrados lançados ou estão coberto por liminar ou coberto pelo art. 27, § 2º da Resolução BACEN Nº 4.963/2021.

Quanto à análise dos Fundos (saudáveis) observa-se que:

- ➤ Os Fundos que aplicam 100% em títulos públicos, fl. 17, apresentaram rentabilidade de -1,82% NTN-B 2050, 0,86% NTN-B 2025 e 0,97% NTN-B 2026, no mês.
- ➢ Já os Fundos de Renda Fixa, que alocam recursos não somente em Títulos
 Públicos, contemplados no Art. 7º, III, Alínea a da Resolução CMN 4.963/2021,



fls. 17, apresentaram rentabilidade média de -0,17% no mês. Ressaltando que se incluem nesta Alínea alguns fundos estressados. Os fundos saudáveis, em sua maioria, apresentaram rentabilidade positiva tanto no mês quanto no ano.

- Os fundos de Ações de Renda Variável, contemplados no Art.8º, I, da Resolução CMN 4.963/2021, fl. 18, apresentaram rentabilidade média de -11,12% no mês, com destaque para o fundo SAFRA SMALL CAPS AÇÕES, que apresentou a pior rentabilidade, num percentual de -16,98% ao mês, aparentemente todos com rentabilidade negativa.
- ➤ Quanto aos Investimentos no Exterior, contemplados no Art. 9°, II, fl. 25, houve rentabilidade média de -1,71% no mês e -40,10% no ano, destacando que os três fundos tiveram rendimento negativo, conforme fl. 19.

CONCLUSÃO

Diante das informações apresentadas no Relatório em análise, conclui-se que não foi verificada nenhuma inconsistência na condução do gerenciamento da Carteira de Investimentos no mês e no ano em questão, e que os procedimentos relatados atendem às exigências legais dos órgãos de regulação.

Ressaltamos que o resultado do total da Carteira no mês de junho ficou abaixo da meta atuarial, apresentando rentabilidade no mês média de -1,28% e no ano uma média de 0,92%.

Notamos que a inflação está acima das expectativas, e que existe uma pressão sobre a curva de juros domésticos. Os títulos mais curtos atrelados à inflação tiveram retornos positivos devido ao maior carrego inflacionário, enquanto os mais longos sofreram com a alta da curva causada pela pressão gerada. Desta maneira, se continuar observando estas "surpresas inflacionárias" poderá ampliar o ciclo de alta dos juros, o que tende a desfavorecer as aplicações em renda fixa, principalmente as que envolvem títulos pré-fixados.

Assim, sugerimos a realocação de recursos para aproveitar o momento, considerando a estratégia da PAI-2022 e o cenário exposto no Relatório DINVEST do mês em análise.

Portanto, encaminhe-se o presente Parecer, juntamente com o Relatório de Investimento para análise e deliberação do Conselho Fiscal, conforme Manual do



Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social.

Comitê de Investimentos do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, aos 01 dias do mês de setembro de 2022.

MARIA SUELI MARTINS

ELENORA ANTONIA DE CARVALHO

Membro

Membro

JULIO SORES LACERDA

Membro

DILMA CAMPOS DE OLIVEIRA

Membro

ODIRCE SOARES DO NASCIMENTO

Coordenador do Comitê

